

Justiça como “casa de vidro” em prol da confiança

Poder judicial ■ Presidente do CAAD defende que justiça e fiscalidade são demasiado importantes para serem tratadas apenas por especialistas.

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

Escclarecer melhor os cidadãos, aumentar a confiança nas instituições judiciais e tranquilizar a comunidade requer um investimento contínuo na política de comunicação externa da justiça. Torná-la uma verdadeira “casa de vidro”, defende o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).

“A justiça e a fiscalidade são demasiado importantes para serem tratadas apenas pelos especialistas da sua área”, referiu Nuno Villa-Lobos, na conferência “A independência da Justiça: a decisão de legislar, investigar e jul-

gar”, organizada pelo CAAD e pelo Jornal Económico, na Time Out, em Lisboa.

O presidente do CAAD considera que a ideia da justiça como casa de vidro não é uma utopia, como se demonstrou pela reforma do contencioso administrativo no início deste século e pela reforma do regime de prescrição das dívidas fiscais, no Orçamento do Estado para 2007.

Na sua visão, a comunicação social pode contribuir para a diminuição da dificuldade dos cidadãos em distinguir entre verdade e falsidade e melhorar o desenho das políticas públicas. “O verdadeiro consenso social dominante é alcançado no espaço público e não em gabinetes ou comissões a ouvir todos os especialistas do país”, declarou, fazendo uma comparação com a guerra deixada apenas aos generais.

Nuno Villa-Lobos afirmou ainda que “já ninguém tem dúvidas de que o sucesso da arbitragem fiscal não é uma moda passa-

Arbitragem terá advogados oficiosos

Mariana Bandeira
mbandeira@medianove.com

A secretária de Estado da Justiça anunciou, na conferência do CAAD/JE, que o apoio judiciário vai contemplar os meios de resolução alternativa de litígios - onde se inserem os centros de arbitragem, mediação pública e Julgados de Paz - no âmbito da revisão da tabela de honorários dos advogados oficiosos que ficará pronta até ao final deste ano. “Não faz sentido o Estado só

disponibilizar um advogado oficioso apenas se o litígio correr num tribunal”, defendeu Maria José Barros, na conferência “A independência da Justiça: a decisão de legislar, investigar e julgar”, organizada pelo Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) e pelo Jornal Económico.

Este é um dos objetivos do CAAD, além de passar a tratar também dos processos que envolvem o funcionalismo público, um aumento das competências do centro que o Ministério da Justiça “vê com bons olhos” e no



Nuno Villa-Lobos é presidente do Centro de Arbitragem Administrativa.

geira”, desde logo porque, em 2023, se ultrapassou os mil processos anuais e este ano esse valor foi até superado, ainda em novembro.

Vice-presidente do STA deixa conselhos para garantir independência

O vice-presidente do Supremo Tribunal Administrativo (STA), a quem coube o discurso de abertura desta sessão, garantiu que a independência dos juizes e da justiça “é essencial” e “condição para a existência de um estado de direito democrático”, e apresentou uma série de alertas para que esse princípio seja assegurado.

“Infelizmente, na Europa assistimos a regressões dramáticas da qualidade democrática, designadamente na independência dos juizes”, lamentou Francisco de Areal Rothes, partilhando alguns cuidados a ter, nomeadamente o recrutamento e formação dos juizes, fazer uma reflexão sobre a progressiva diminuição dos candidatos a juiz, investir em regulação sobre a nomeação para cargos extrajudiciais e evitar a judicialização da política.

Na opinião do juiz conselheiro, apesar de em Portugal existir essa independência, “não é motivo para deixarmos de estar atentos, porque a democracia exige permanente cuidado”.



A secretária de Estado da Justiça fez o encerramento da conferência organizada pelo CAAD e JE.

qual está a trabalhar, através da Direção-Geral da Política de Justiça, “para que esse alargamento seja concretizado”.

Maria José Barros, que tem a tutela dos meios alternativos de resolução de litígios, referiu que

essa expansão da atuação do centro requer “que entidades públicas de outras áreas governativas se registem como entidades pré-vinculadas junto do CAAD” e “fomenta, verdadeiramente, os objetivos de uma jus-

tiça mais célere e mais próxima do cidadão”.

O Ministério da Justiça vai também apresentar, até ao fim de dezembro, o Plano Estratégico Nacional para os Meios de Resolução Alternativa de Litígios.

Autoridade da Concorrência

cedo
ômico



Entrevista Nuno Cunha Rodrigues, presidente da Autoridade da Concorrência ■ “Eu sou independente e a nossa única política é a da Concorrência”, destacou o responsável máximo da AdC sobre a relação do regulador com o poder político. A independência é uma imposição da UE, enfatizou Nuno Cunha Rodrigues na conferência do JE e do CAAD.

“Numa operação de concentração não olhamos para o lado do emprego”

**André Macedo
e Maria Teixeira Alves**
mtalves@medianove.com

O conluio entre empresas é crime e a Autoridade da Concorrência atua como uma polícia, certo?

A questão da contratação pública, corrupção, concorrência pode parecer um pouco estranho mas quando falamos em contratação pública e práticas anti concorrenciais, os chamados cartéis da contratação pública é preciso perceber que a nível mundial e também a nível nacional, em cada quatro cartéis que são investigados, um surge no âmbito da contratação pública. Há menos pudor em prejudicar o Estado. Há incentivos à cartelização da contratação pública.

Há outros dados, em 57% dos cartéis de contratação pública investigados e sancionados, um em cada dois estão envolvidos também em casos de corrupção”, dados da OCDE, citados pelo responsável pelo regulador.

Isso significa que tem de haver colaboração com outras entidades?

Sim. Por exemplo, no direito da Concorrência existe a figura do direito da clemência que permite a qualquer empresa envolvida num cartel, se vier a denunciar esse cartel à autoridade, antes da abertura do processo de inquérito, poder beneficiar da dispensa de coima (uma espécie de delação premiada). Mas esse regime não existe no processo penal, pelo que pode criar um menor incentivo a que as empresas venham a denunciar práticas anticoncorrenciais no contexto da contratação pública, quando há casos de corrupção envolvidos.

No caso conhecido como “cartel da banca” o banco denunciante acabou por não pagar multa...

O tribunal, em sede de recurso, veio admoestar o Barclays. O direito da clemência é uma forma de incentivar as empresas a denunciar casos anticoncorrenciais e nessas denúncias vem atrás, muitas vezes, casos de corrupção e nessa altura a AdC tem de articular com outras autoridades. A AdC tem uma atuação transversal a todos os setores da atividade económica.

A AdC tem alguma dificuldade em encontrar problemas de concorrência num mercado

pequeno como é português?

Não diria. Há duas realidades de intervenção da AdC. Uma é a chamada intervenção do controlo prévio de concentrações, em que as empresas têm de notificar a autoridade nos processos de fusão, e em que a Concorrência avalia essa concentração de forma prospetiva no mercado, e a outra é investigar e sancionar práticas concorrenciais e essas práticas podem envolver empresas de várias dimensões, e mesmo empresas regionais.

A dimensão das empresas não é essencial para se avaliar a existência de práticas anticoncorrenciais. A intervenção da AdC não olha para a dimensão das empresas, olha sim para aplicação estrita da lei da Concorrência. Não estou a falar dos casos de “abuso da posição dominante” que em Portugal também fazemos, como foi o recente caso da SIBS, que foi multada em 14 milhões pelo abuso de posição dominante no sistema de pagamento por cartões.

O caso do chumbo da venda da Nowo à Vodafone levou-o ao Parlamento, é normal?

A Nowo tinha uma quota de mercado pequena, mas a verdade é que nalgumas zonas do país, tinha um efeito disruptivo. Esta operação de chumbo foi a primeira da AdC em seis anos, e eu estou na autoridade há um ano e meio. Não é habitual. A decisão foi tomada e dizia-se que a Nowo ia falir e ia atirar 400 pessoas para o desemprego. Mas não só não faliu como ao fim de um mês havia duas empresas interessadas na Nowo. Uma acabou por comprar, a Digi, numa operação que teve de ser notificada previamente à AdC. Numa operação de concentração não olhamos para o emprego, mas sim para a concorrência.

Com a digitalização, a AdC tem possibilidade de contratar independentemente do poder político? Há intervenção política na AdC?

Nós na AdC só temos uma política que é da Concorrência. Somos independentes, por lei. É uma imposição da União Europeia. Eu sou independente. Estamos preparados para a digitalização, temos novos métodos de investigação forense em ambiente digital. Estamos a recrutar e temos uma equipa digital. Também temos uma excelente articulação com o DCIAP.

“Há um controlo muito apertado dos árbitros que vão fazer de juizes”

Árbitros ■ A escolha dos árbitros deve passar por critérios muito apertados, defenderam os especialistas neste painel.

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) aplica um critério de exigência no recrutamento e é muito importante que haja “provas dadas” no percurso profissional para formar bons juizes/árbitros. A reflexão foi debata por juiz-conselheiro Manuel Santos Serra, presidente do Conselho Deontológico do CAAD – e antigo presidente do Supremo Tribunal Administrativo –, na conferência organizada em conjunto com o JE, no painel sobre a escolha dos árbitros, que contou ainda com os contributos de Luís Heleno Terrinha, Nova School of Law; Nuno Cunha Rolo, ex-presidente da Transparência Internacional Portugal e o diretor de IT do CAAD, Nuno Rodrigues. Manuel Santos Serra destacou que no CAAD exigem-se “provas dadas”: “Há um recrutamento muito apertado dos árbitros que vão fazer de juizes. É preciso assegurar a independência.” Santos Serra sublinhou assegu-



Manuel Santos Serra, presidente do Conselho Deontológico do CAAD, defendeu a igualdade tributária.

rar que o trabalho do CAAD é importante para que haja igualdade tributária e, como tal, tem de estar devidamente blindado aos conflitos de interesse. Neste sentido, disse, é feito um controlo rigoroso que afasta dos sorteios (públicos) advogados cujo escritório tem algum processo a correr no CAAD. “Sabemos como são as pessoas, a informação pode

passar – ora, nós temos de ter a certeza que não há qualquer espécie de contaminação”.

O professor de Direito Público, Luís Heleno Terrinha, concordou que valores como a transparência, imparcialidade e credibilidade “são fundamentais” no processo de arbitragem e que isso tem acontecido no CAAD.

Em relação à arbitragem ad hoc,

– que não se confunde com a arbitragem regulada do CAAD – em que as partes organizam elas próprias a arbitragem, dispensando a intervenção de regras e procedimentos públicos, considera que é uma anomalia. Nuno Cunha Rolo, que liderou a Transparência Internacional até ao ano passado, defendeu que a “gestão processual é tão importante como

as próprias decisões”. Sobre a aplicação da lei, Nuno Cunha Rolo diz que “já não basta ser um bom juiz para o fazer”. “É preciso, num mundo mais complexo e pluridisciplinar, haver outras valências e outras preocupações de ética, confiança e perceção”, explicou. “Culturalmente, temos alguns problemas. O maior é presumir que os advogados, juizes, académicos, só porque são doutorados e têm 20 ou 30 anos de experiência, vão compreender e gerir melhor conflitos de interesse”, alertou. Numa perspectiva mais técnica, Nuno Rodrigues, diretor de IT do CAAD, trouxe à conferência a simulação de uma distribuição automática, através de um algoritmo, dos árbitros atribuídos a cada processo: “Optámos por ter uma seleção 100% aleatória. É seguro e é mais fácil”, sublinhou.

Impacto das leis deve ser avaliado previamente

A falta de preparação nas leis é um dos principais problemas que afeta o sector da Justiça. Esta ideia foi debata por Carlos Blanco de Moraes, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no debate sobre preparação das leis que contou também com o deputado do PS, Pedro Delgado Alves. “É preciso criar um sistema de avaliação prévio sobre o impacto das leis para saber se os custos superam os benefícios”, referiu o docente. O deputado socialista mostrou-se otimista que o pacote sobre a transparência vai ser implementado e considera que é importante remunerar bem a Administração Pública para atrair bons quadros. com AR, IA, RAR e JCL

Captura do Estado e falta de autonomia dos deputados

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

As críticas aos designados “mecanismos de captura do Estado” e a “grande falha de autonomia dos deputados” foram alguns dos aspetos mencionados no debate, a propósito da transparência do processo legislativo como forma de prevenção de corrupção. A embaixadora Ana Gomes deixou críticas aos “mecanismos de captura do Estado”, que defendem

os interesses do setor privado em detrimento do interesse público, dando o exemplo do caso EDP/CMEG: “A promiscuidade é flagrante. Envolve o centrão alargado. Quando se paga mal aos deputados, tem-se os deputados ao serviço de interesses. Não querem regulação do lobbying porque eles próprios são lobistas”, segundo a embaixadora. Em tom crítico, o antigo bastonário da Ordem dos Advogados Luís Menezes Leitão alertou para o problema da “grande falha de autonomia” dos deputados. “É uma prá-

tica que me parece totalmente absurda: dizer-se que não se está de acordo com o voto, mas votar nesse sentido”. O advogado João Tabor da Gama defendeu que o combate à corrupção deve ser feito “sem alarmismo” e que Portugal tem mecanismos que permitiram a investigação por corrupção a dois ex-primeiros-ministros. “Devemos exigir mais transparência, mas o equilíbrio é importante para que os mecanismos de transparência fluam”, realçou. Carlos Casimiro, magistrado do DCIAP, defendeu que há alte-

rações que têm de ser feitas em relação aos mecanismos de prevenção da corrupção. Na sua intervenção, o procurador revela que “a forma como o DCIAP funciona tinha de ser repensada, porque estamos às avessas”.

MP “não é a desgraça que apregoam”

Eduardo Dâmaso, jornalista da área criminal, defendeu que o Ministério Público não é a desgraça que muitos apregoam e que as escutas são corriqueiras, mas não em casos de colarinho branco. Elo-

giou a escolha de Amadeu Guerra para PGR e criticou o Manifesto dos 50 pela justiça. Ainda nesta conferência, Carla Castelo Trindade, Árbitra Presidente em arbitragem fiscal, defendeu que “os juizes estão submetidos a um crivo de olhar público e de incompatibilidades e impedimentos multíssimos superiores aos dos árbitros”, enquanto Jorge Carita, advogado especialista em direito fiscal, sublinhou que o CAAD tem tido um papel muito importante na justiça tributária em Portugal. com MP, IA, JCL, AR e RAR

Justiça ■ Luís Neves, diretor nacional da Polícia Judiciária, destacou a legislação como o momento fundamental, no sentido de prevenir a corrupção, numa intervenção em que falou sobre o passado e o presente da PJ (com duas demissões pelo meio) e a importância de garantir a independência e a transparência das instituições, assim como o equilíbrio nos meios de investigação.

Legislar é o primeiro momento para prevenir a corrupção

José Carlos Lourinho
jlourinho@medianove.com

Há quase trinta anos na Polícia Judiciária e há seis anos e meio no comando da PJ, Luís Neves destacou, na conferência organizada pelo JE e pelo Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), a importância de legislar como um momento fundamental para a prevenção da corrupção, destacando ainda que numa fase posterior, é importante haver "investigações coesas" no mais curto espaço de tempo. Esta foi uma das ideias fortes deixadas na intervenção por videoconferência deste responsável a partir de Glasgow (Escócia), onde está a participar numa reunião anual da Interpol. Apesar da distância, Luís Neves enfatizou que "na atual conjuntura não é fácil falar de determinados temas", mas que não podia deixar de aceitar o convite do presidente do CAAD, Nuno Villa-Lobos: "É um ato de reflexão e tenho obrigação de dar a minha opinião e o meu contributo", referiu.

"O momento de legislar é o primeiro momento de prevenção da corrupção. Tudo o que for feito a montante terá reflexos na investigação criminal e na esfera do julgamento. Transparência, ampla discussão pública, saber quem é quem, e quem está por detrás, é o primeiro patamar de independência e de transparência para o combate à corrupção", afirmou Luís Neves.

Além da definição da legislação como factor crucial para a prevenção da corrupção, e fazendo um paralelismo com o bom momento que a PJ vive, em termos de recursos (humanos e financeiros), o diretor nacional da PJ revelou que colocou o seu



lugar à disposição em dois momentos, tendo em conta aquilo que apelidou de "garrote das Finanças", que "não permitia que o trabalho fosse feito com seriedade" porque "não ia ser o covelro da instituição".

"Em dois momentos coloquei o meu lugar à disposição, porque não quis ser o bode expiatório da falta de condições, está tudo nos discursos que proferi em 2018 e 2019. O garrote das Finanças não permitia que o trabalho fosse feito com efetividade e seriedade. Hoje as coisas estão diferentes, existe outro ânimo", destacou. No entender de Luís Neves, "a questão orçamental pode afetar a imagem da Justiça. Existe o perigo de haver esta interferência que pode des-

virtuar o que vai ser usado pelos tribunais e pelo Ministério Público". O diretor nacional da PJ recordou o facto de ser polícia há quase trinta anos (doze anos como diretor da Unidade Nacional Contraterrorismo; onze anos como operacional em primeira linha e nos últimos seis anos como dirigente da instituição) para referir que "nunca me senti pressionado em momento algum", e que a questão da confiança "tem de ser nos dois sentidos, do Estado para o tutelado, mas também do tutelado para com o Estado". Este responsável deu ênfase ao papel da investigação criminal qualificando-o como tendo um carácter de "fortalecimento e robustecimento, no sentido de ter meios para

cumprir a sua função". Explicou Luís Neves que "temos novos quadros fantásticos, com grande preparação. Este robustecimento deve ter uma ação de respeito para com os cidadãos no que concerne ao segredo de justiça e presunção de inocência". Luís Neves apontou como principais causas de interferência na investigação criminal a atividade de grupos de pressão, a influência nas nomeações, a pressão da comunicação social e o descrédito e a apatia que se podem instalar a nível social. E como consequências dessas interferências, o diretor nacional da PJ referiu "a perda de confiança nas instituições, o descrédito, os laivos de impunidade na comunidade e a desva-

lorização da investigação criminal", que resultam num comprometimento da "ética e da forma de estar na vida".

Nesta conferência, Luís Neves deu grande importância à "autonomia técnico-tática da Polícia Judiciária": "Tem de haver uma separação clara para que não coincida quem investiga e quem depois tem a responsabilidade de acusar. Existindo esse respeito pela autonomia da instituição, há ainda um grau superior que permite a independência que é expectável pelo cidadão", sublinhou, realçando ainda que "o tempo da investigação criminal não é o tempo de que comunica a defesa de determinada narrativa".



Presidente emérita do Supremo Tribunal Administrativo (STA) foi homenageada na conferência do CAAD e Jornal Económico pelo seu percurso na justiça portuguesa. No discurso, Dulce Neto elogiou o papel da CAAD, especialmente de Nuno Villa-Lobos, na defesa da justiça administrativa



Carlos Blanco de Morais

FOTOGRAFIAS DE EDUARDO RIBEIRO



Maria José Barros com André Macedo



Pedro Delgado Alves. Luís Heleno Terrinha atento aos painéis



CAAD e Mecanismo Nacional Anticorrupção celebram acordo de cooperação



Coffee break serve para trocar ideias



Jorge Carita



Diretor do Jornal Económico com Nuno Cunha Rodrigues



Diretor do Jornal Económico, André Macedo, a moderar o painel "A escolha dos árbitros vista por dentro e por fora" com Manuel Santos Serra, Luís Heleno Terrinha, Nuno Cunha Rolo e Nuno Rodrigues



Carla Castelo Trindade



Carlos Casimiro, Procurador-Geral-Adjunto no DCIAP



Francisco de Areal Rothes e Ana Gomes



Estúdio da TimeOut recebeu conferência do CAAD na quarta-feira



Maria José Barros e Dulce Neto



Isabel Marques da Costa



Luís Menezes Leitão e Carlos Blanco de Moraes no coffee break



Nuno Cunha Rolo



Eduardo Dâmaso



Secretária de Estado da Justiça, Maria José Barros



Luís Heleno Terrinha



Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt